



**Casa Civil da Presidência da República
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI
Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios**

JULGAMENTO DE RECURSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2020

(Processo Administrativo nº 00100.005602/2019-43)

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução indireta de serviços de apoio operacional e especializado, sem emprego de material, de forma contínua para atender ao ITI.

1. DAS PREMILIMARES

Trata-se do julgamento do Recurso Administrativo interposto pela Licitante **EMBRAPES – EMPRESA BRASILEIRA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n. **02.984.242/0001-92**, doravante denominada **Recorrente**, e das Contrarrazões apresentadas pela empresa **RCS TECNOLOGIA LTDA.**, doravante denominada **Recorrida**.

Preliminarmente, cumpre registrar que, conforme dispõe o art. 3º da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e da promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Nesse sentido, insta registrar, também, que, de acordo com a previsão contida no subitem 23.6 do edital, as normas disciplinadoras da licitação serão sempre

interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

Na sessão do Pregão que declarou a Recorrida vencedora do item 2 do referido pregão, a Recorrente manifestou intenção de recorrer com a seguinte motivação:

A empresa declarada vencedora, não comprovou ser beneficiária dos benefícios da desoneração da folha, nos termos do artigo 7º e 8º da Lei 12.546/2011, assim como inciso II do parágrafo 6º do artigo 1º da IN 1.436/2013, demonstraremos da peça recursal.

2. DA ADMISSIBILIDADE

A peça recursal e as contrarrazões foram anexadas ao sistema do comprasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br) dentro dos prazos estabelecidos, sendo consideradas tempestivas.

3. DAS ALEGAÇÕES

A Recorrente, em síntese, faz as seguintes alegações:

Ao apresentar sua proposta/planilhas de custos, a Empresa RCS fez se beneficiar da CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – Lei 12.546/2011.

A Lei 12.546/2011, autoriza as pessoas jurídicas substituir a contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento pela Contribuição sobre a Receita Bruta.

Tal autorização encontrasse registradas nos artigos 7º e 8º da Lei 12.546/2011.

Para o ano de 2020, a opção deveria ter sido feita até o dia 20/02/2020, que é irretratável para todo o ano, conforme inciso 6º do Artigo 1º da IN 1.436/2013, atualizada pela IN 1.597/2015 e IN – RFB 1.812/2018.

A CPRB, deve ser informada na EFD-Reinf, na forma do Inciso III do Artigo 2º da Instrução Normativa 1.701/2017, in verbis:

Art. 2º Ficam obrigados a adotar a EFD-Reinf os seguintes sujeitos passivos, ainda que imunes ou isentos: (Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº1921, de 09 de janeiro de 2020)

...

III - pessoas jurídicas optantes pelo recolhimento da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta(CPRB);

Desta forma, a RCS não comprovou no presente Pregão ser beneficiária da CPRB, através da EFD-Reinf, devendo ser desclassificada/inabilitada.

Observado, que na DCTF apresentada pela RCS, não traz nenhuma informação de que a Empresa seja beneficiária da CPRB.

uma vez que ao apresentar sua proposta de preços/planilhas de custos, não fez prova de ser beneficiária da CPRB para o ano de 2020, através da EFD-Reinf., macula o certame pois fere o direito dos demais licitantes competirem em condições de igualdade o que jamais pode ser aceito ou admitido pelo(a) Ilustríssimo(a) Pregoeiro(a).

4. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida argumenta, em síntese, que:

- A RCS fez a opção pela CPRB para todo o ano de 2020, conforme inciso 6º do Artigo 1º da IN 1.436/2013, atualizada pela IN 1.597/2015 e IN – RFB 1.812/2018, contudo a CPRB não é informada na EFD-Reinf, como alega a Recorrente, e sim na DCTF – Web devidamente enviada na proposta.;
- O Artigo 2º, inciso III, da Instrução Normativa 1.701/2017, informa que a empresa é obrigada a ADOTAR a EFD-Reinf, o que não significa que a informação da opção pela CPRB deva constar nela, in verbis:

Art. 2º Ficam obrigados a adotar a EFD-Reinf os seguintes sujeitos passivos, ainda que imunes ou isentos: (Redação dada pelo (a) Instrução Normativa RFB nº 1921, de 09 de janeiro de 2020).III - pessoas jurídicas optantes pelo recolhimento da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB); (grifei)

- Outrossim, não consta no edital a exigência de apresentação da EFD-Reinf, sendo um regramento criado pela Recorrente. Do mesmo modo, caso houvesse dúvidas por parte do Sr. Pregoeiro, ele poderia solicitar o documento por meio de diligência.
- Portanto, não há o que se falar que a RCS descumpriu o ato convocatório e a Legislação Tributária. Ora, não seria crível a desclassificação da licitante que apresentou a proposta mais vantajosa e declare vencedora a Recorrente que apresentou a proposta MAIS CARA, sob pena de afronta ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 e aos princípios da razoabilidade, isonomia e da economicidade.

5. DA ANÁLISE

Preliminarmente, cumpre esclarecer que no Edital e seus anexos não consta a exigência de apresentação da EFD-Reinf (Escrituração Fiscal Digital de

Retenções e Outras Informações Fiscais), não se constituindo, por isso, motivo para inabilitação ou desclassificação.

Portanto, a esse mister, assiste razão à empresa Recorrida.

Quanto a opção pela CPRB, verifica-se que consta na declaração DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) apresentada pela empresa Recorrida, que a empresa Recorrida é optante pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB (PJ optante pela CPRB: SIM), sendo essa informação suficiente para fins de comprovação da opção.

Restando improcedente a alegação da empresa Recorrente quando afirma que “... na DCTF apresentada pela RCS, não traz nenhuma informação de que a Empresa seja beneficiária da CPRB.”

DA DECISÃO

Diante do exposto e considerando que restou comprovado ser a empresa Recorrida é optante pela CPRB, conforme demonstrado acima, DECIDO por conhecer do recurso interposto pela Recorrente para, no mérito, NEGAR-LHE provimento, mantendo habilitada a empresa Recorrida e, nos estritos termos do art. 109 § 4º da Lei Federal nº 8.666/93, submeto à autoridade superior, o Senhor Coordenador-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração, a presente decisão.

Brasília, 23/12/2020.

Ornel Costa de Azevedo

Pregoeiro